

Editorial

Por José Augusto Drummond, Marcel Bursztyn, Gabriela Litre e Juliana Dalboni Rocha

Ao longo de 2013, as mudanças climáticas fizeram com que 22 milhões de pessoas perdessem tragicamente as suas casas no mundo. A informação consta de um relatório apresentado pelo Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno (IDMC, na sigla em inglês) na recente 20ª Conferência das Partes sobre Mudança Climática (COP-20) em Lima. Mas, 2014 chega ao fim com uma boa notícia para a sustentabilidade do Planeta: depois de superar vários impasses, a mesma COP 20 culminou com a aprovação de um conjunto de decisões essenciais para a negociação do novo acordo climático, a ser feita em novembro de 2015, em Paris.

Reformado para se adequar às exigências dos países emergentes e em desenvolvimento, entre os quais o Brasil, o documento final do evento conseguiu afastar os fantasmas da fracassada tentativa de chegar ao acordo climático na COP de Copenhague, em 2009, e obteve consenso imediato dos 195 países reunidos no Peru. Se não cair nas mesmas armadilhas de Copenhague, o acordo climático a ser negociado em Paris substituirá o Protocolo de Quioto em 2020.

Um possível acordo multilateral em 2014 na França permitiria dar ao mundo a chance de chegar ao final deste século com o aumento de até 2°C em sua temperatura média. Sem o acordo, os termômetros subirão bem mais, com impactos diferenciados segundo a região do Planeta, conforme alertam os estudos do Painel Intergovernamental de Mudança Climática (IPCC). Segundo informou o IDMC na COP de Lima, o risco de haver desalojados por novas catástrofes quadruplicou desde 1970. Há diversos fatores de risco, da desertificação às péssimas condições de habitação, em regiões onde ocorrem inundações. Recursos básicos, como água e alimentos, são cada vez mais escassos em diversas regiões do planeta, especialmente no Chifre da África e no Sudeste Asiático. O IDMC informou que em 2013 80,9% dos desalojados pelas catástrofes eram asiáticos, enquanto apenas 0,3% eram europeus. Segundo o último relatório do IPCC, os imigrantes climáticos se arriscam ainda a sofrer represálias por causa de suas tentativas de viver em países ricos.

Face a essa realidade cada vez mais dramática, os países emergentes do Basic (Brasil, África do Sul, Índia e China) e os membros do G77 (grupo dos países em desenvolvimento e dos países mais pobres) afirmaram claramente as suas posições nas negociações da COP 20. Eles são a favor de dois princípios caros: o primeiro é a necessidade de os compromissos dos países mais ricos abrangerem também os meios de financiamento, de capacitação e de transferência de tecnologia para que

os mais pobres cumpram as suas metas. Essa premissa não é novo, pois consta da Convenção do Clima, de 1992. O outro princípio registrado com ênfase no documento da COP-20 foi o da “responsabilidade comum, mas diferenciada”. Definido em 2011, na COP de Durban, ele prevê que os países desenvolvidos terão de assumir obrigações adicionais mais ambiciosas de redução de emissões de gases, compatíveis com o fato de estarem despejando esses gases na atmosfera desde meados do século 18. Emergentes - mesmo os campeões de emissões China e Índia - e os países em desenvolvimento e pobres teriam uma carga menor de obrigações.

Nesse contexto de crescentes ameaças climáticas, o bioma Cerrado aparece com um laboratório privilegiado para entender o impacto dessas mudanças na natureza e nos modos de vida das populações mais vulneráveis. Segundo maior bioma continental brasileiro, o Cerrado é um dos biomas savânicos mais ricos em biodiversidade e em endemismos. As principais ameaças nascem da ocupação de suas áreas nas últimas décadas por sistemas de produção que não levam em conta o potencial de sua biodiversidade nem respeitam os modos de vida das populações residentes. Apesar de já terem sido identificados no bioma grupos de espécies nativas com diferentes potenciais de uso, o desenvolvimento de tecnologias para lidar com os sistemas de produção e/ou coleta ainda carece de embasamento em pesquisas e de ações específicas.

Com a finalidade de aprofundar as discussões em torno da valorização de produtos da agricultura familiar e do agroextrativismo no Cerrado, ***Sustentabilidade em Debate - SeD*** abriga neste seu último número de 2014 (11) um dossiê focalizado no tema **“Inovações para a valorização de produtos da agricultura familiar e do agroextrativismo no contexto do Cerrado”**. Os trabalhos selecionados pelos editores convidados do dossiê - Janaína Deane de Abreu Sá Diniz, Mario Lúcio de Ávila e Mônica Celeida R. Nogueira - demonstram que, dentre as ações propícias para conservar as áreas remanescentes de Cerrado, destaca-se o uso de produtos florestais não madeireiros (PFNM) advindos da biodiversidade vegetal nativa. Isso pode diminuir a pressão para o desmatamento de áreas nativas remanescentes e, ao mesmo tempo, gerar renda para as comunidades residentes. Entretanto, é necessário que se tenha um conhecimento mais aprofundado sobre a trajetória e a dinâmica das espécies nativas do bioma dentro das cadeias produtivas locais, nacionais e internacionais.

Na outra ponta da cadeia produtiva, a comercialização dos produtos da agricultura familiar e do extrativismo da região do Cerrado ainda enfrenta vários desafios de ordem técnica, financeira, sanitária, tributária ou de gestão. Apesar dessas dificuldades, os últimos anos trouxeram uma multiplicação de iniciativas de acesso a mercados, tanto por parte das organizações de produtores, como da sociedade civil e dos diferentes níveis de governo (municipal, estadual, federal). Entende-se, ainda, que a emergência de políticas públicas específicas e a abertura de novos mercados, exigindo a renovação de práticas de mediação, fomento, apoio e



intervenção junto aos empreendimentos da agricultura familiar no Cerrado, mantêm forte interface com a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

O dossiê está constituído por cinco artigos científicos, três resenhas, um Debate, uma Entrevista e uma Galeria.

No artigo “A pecuária geraizeira e a conservação da biodiversidade no Cerrado do Norte de Minas Gerais”, Igor Homem de Carvalho analisa a possibilidade conciliar a criação de gado com a conservação da biodiversidade. Tayline Walverde Bispo e Janaína Deane de Abreu Sá Diniz, no artigo “Agroextrativismo no vale do rio Urucuia-MG: uma análise sobre a pluriatividade e multifuncionalidade no Cerrado”, ressaltam que o agroextrativismo é uma estratégia de permanência das famílias em suas propriedades, cumprindo múltiplas funções no meio rural.

Em “Indicações geográficas e a valorização comercial do artesanato em capim dourado do Jalapão”, John Wilkinson e Carla Arouca Belas apresentam a perspectiva da indicação geográfica como inovação complementar às políticas de salvaguarda do patrimônio cultural e apontam a difícil equação entre mercado e bens culturais. Em “Os agricultores ecologistas nos mercados para alimentos orgânicos: contra movimentos e novos circuitos de comércio”, Paulo André Niederle examina as numerosas trajetórias, redes e canais de comercialização dos produtos orgânicos.

Eric Sabourin e colaboradores, por sua vez, em “Inovação social na comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos da agricultura familiar no Distrito Federal”, estudam as feiras do Distrito Federal como circuitos de comercialização nos quais valores como a reciprocidade estão presentes.

Três resenhas complementam as referências atuais sobre modelos de produção e comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos, assim como sobre as relações entre sociedade e natureza no Cerrado.

O Debate registra o diálogo entre um pesquisador, dois gestores públicos e um assessor e ativista da sociedade civil, todos com experiência no enfrentamento de dilemas e obstáculos à valorização do Cerrado.

A Entrevista, com o professor Carlos Walter Porto-Gonçalves, discute questões de fundo sobre o papel das populações tradicionais na conservação e no uso sustentável da biodiversidade do Cerrado. Por fim, o texto da Galeria discute vários problemas e soluções ligados à comercialização de produtos de comunidades agroextrativistas, com a ajuda de um conjunto original de fotografias originais ilustrativas desses problemas e soluções.

Na seção **Varia**, o artigo “Discursos e práticas sociais da sustentabilidade a partir da pecuária bovina brasileira”, de Lívio Sergio Dias Claudino, analisa a construção discursiva e de práticas associadas à noção de sustentabilidade no contexto da pecuária bovina brasileira. O trabalho evidencia a institucionalização tecnocrática de “modelos estratégicos” chamados de “pecuária sustentável”, distintos entre si

na natureza e forma e, principalmente, nas prioridades e nos mecanismos de efetivação.

Na mesma seção, Ronaldo Ferreira Maganhotto, Leonardo José Cordeiro Santos, João Carlos Nucci, Marciel Lohmann e Luis Claudio de Paula Souza, em “Unidades de Conservação: limitações e contribuições para a conservação da natureza”, discutem as questões relacionadas à legislação que regulamenta as unidades de conservação e as limitações e proposições para os seus planos de manejo. O texto revela que o sucesso das unidades de conservação depende, em grande parte, da articulação das intervenções promovidas pelos diversos atores envolvidos no processo, do fortalecimento e/ou implementação dos planos de manejo, e de medidas específicas como o combate ao desmatamento e a sua integração às economias locais.

Em “Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) – uma avaliação crítica”, Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho e Frederico Cavadas Barcellos fazem um balanço dos ODMs quanto à sua formulação e implementação, destacando questões metodológicas e empíricas. Na análise, evidenciam que, apesar do sucesso do ponto de vista político (em especial para a ONU, que alcançou uma projeção inédita na área social), todo o esforço para alcançar um conjunto de metas de desenvolvimento humano até 2015 fracassou. Finalizando os artigos da seção **Varia**, “Justiça social e ambiental: reflexão sobre os megaeventos esportivos no Rio de Janeiro”, Rodrigo Machado Vilani e Carlos José Saldanha Machado fortalecem o debate jurídico-político do direito à cidade para os seus habitantes, avaliando a extensão das intervenções urbanas propostas a partir do quadro atual de justiça ambiental e do histórico processo de segregação socioespacial materializado nas favelas cariocas.

SeD 11 traz ainda mais uma resenha, escrita por Cristiane Gomes Barreto, referente a *Thinking in systems: a primer*, obra póstuma da cientista ambiental e escritora Donella Meadows.

Desejamos a todos Boas Festas e um ótimo 2015!

Os Editores

Brasília, dezembro de 2014

